

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Sem nova frustração

Sinais de certa consistência já começam a ser emitidos pela economia no sentido de que a inflação entrará em processo de declínio a partir de janeiro. A quebra da tendência altista revelou-se de uma forma bastante significativa, na medida em que os preços se mantiveram estáveis com ligeira oscilação para baixo, exatamente no instante em que tudo indicava aceleração inflacionária. De fato, o pagamento do décimo terceiro salário e a devolução dos cruzados faziam supor que as compras de Natal exacerbariam o ritmo da inflação.

Até agora, vencido o período crítico, as operações no comércio se desenvolvem de maneira quase vegetativa, em relação aos meses anteriores. É possível que a avaliação dos especialistas governamentais se consuma na perspectiva dos próximos dias, por um faturamento razoável, nas circunstâncias, no comércio e ausência de explosão nas aquisições natalinas e de fim de ano. Se assim ocorrer, como a combinação dos fatores sugere, o sistema econômico entrará no próximo ano dentro de novas perspectivas, no particular à inflação.

Há uma relação inocultável entre o **break** inflacionário agora observado e as severas políticas monetária e fiscal praticadas pelo Governo, entre as quais se destaca a manutenção de juros em elevados patamares. O Governo já se comprometeu a sustentar tais diretrizes no ano entrante, conforme se deduz da nota técnica aditada à carta de intenções recentemente entregue ao Fundo Monetário Internacional e elogiada pelos burocratas da instituição.

Tem sido altíssimo o preço pago pelo País em função daquelas políticas. A compressão da demanda, via arrocho salarial, já provocou redução significativa da capacidade operacional das empresas. O nível alcançado pelo Produto Interno Bruto, em 1991, caiu quatro por cento, os índices de desemprego batem

recordes e as elevadíssimas taxas de juros desarticulam o equilíbrio financeiro do sistema produtivo. Agora mesmo, anuncia-se que haverá demissões em número significativo na indústria de São Paulo, com desativação de 30 por cento da mão-de-obra em alguns setores.

A perspectiva aberta no momento para o rompimento da espiral inflacionária lastreia-se, portanto, em sacrifícios extremamente penosos para toda a sociedade, com especial incidência sobre a classe média e os trabalhadores de baixa renda. Em repetidos pronunciamentos, os gestores da política econômico-financeira asseguram que a inflação, mercê da resposta agora oferecida às políticas contencionistas do Governo, observará desenvolvimento declinante.

Torna-se fundamental que os acenos em favor da estabilização sejam efetivamente mantidos, para suscitar confiança na sociedade e gerar os elementos de força solidária indispensáveis ao êxito de qualquer política. Muito mais importante, todavia, é que os sacrifícios impostos ao povo e ao sistema econômico não sejam em vão. Seguramente a afirmação da tendência baixista do processo inflacionário não dependerá apenas das reações sociais de natureza psicológica, tampouco de um episódio de estabilização depois de anos de crescimento sistemático dos preços.

É indispensável que os agentes e os órgãos oficiais operacionalizem os instrumentos da estabilização com o sentido posto na realidade e nas respostas dadas pelo sistema econômico. Cansada de ouvir o canto da sereia em tantas outras oportunidades, a sociedade não suportará mais outra frustração, se acaso os preços se desprenderem dos controles e voltarem a subir de forma desordenada. Se ocorrer a hipótese, jamais se saberá quando o País afinal irá reencontrar-se no leito da estabilidade econômica.